

Veja aqui como foram as palestras do evento

O coordenador do Núcleo de Ações de Ouvidoria e Prevenção à Corrupção (NAOP/CGU-RJ), Marcelo Paluma, falou sobre ações de transparências desenvolvidas pela CGU. Ele destacou a importância de uma atuação coordenada em busca da abertura de dados, falou sobre a implementação do acesso à informação no Brasil e expôs o último ranking municipal da Escala Brasil Transparente – que avalia o grau de cumprimento de dispositivos da Lei de Acesso à Informação (LAI). “O mais importante é que o prefeito, o presidente da Câmara, traga essa pauta para o centro”, ressaltou Paluma, que concluiu: “A transparência gera soluções, racionaliza o gasto público e fomenta o controle social por parte do cidadão, imprensa, academia e setor privado”, detalhou.

Na segunda palestra, o assessor da secretaria geral de Controle Externo do TCE-RJ, Sergio Lino, falou sobre o índice de transparência ativa do TCE-RJ e o impacto nas contas de governo. Sergio Lino falou para os presentes sobre a importância de disponibilizar informação, passou pela evolução legislativa em relação ao acesso e sobre princípios constantes da Lei de Acesso à Informação, entre outros. Por fim, fez considerações finais apontando que houve avanço junto às prefeituras municipais, mas que ainda é preciso vencer grande resistência dos gestores para disponibilizar à sociedade as informações de gestão.

Ainda pela manhã, a coordenadora do Grupo de Trabalho Transparência, do Observatório Social do Rio de Janeiro, Andreia Azevedo, explicou como os grupos de trabalho do observatório trabalham, fazendo desde o monitoramento social da fila do Sistema Único de Saúde até a análise de contratos e licitações. Para que esse exercício de controle social seja efetivo, ressaltou Andreia, é necessária a manutenção atualizada dos portais de transparência.

Durante a tarde, o auditor de controle externo do TCE-RJ, Mario Henrique Anache, falou sobre gerenciamento de riscos e estratégias que podem ser utilizadas pelos gestores para melhorar o controle interno nas instituições. “Os órgãos precisam se precaver e contemplar os riscos internos de fraude e de corrupção. Para isso, é necessário que se eleve a estrutura de governança, fazendo com que este setor se descole da gestão. A Escola de Contas do TCE-RJ procura apoiar os gestores em sua capacitação, mas também é preciso que eles nos procurem buscando essa capacitação”, ressaltou.

A seguir, o secretário do Tribunal de Contas da União (TCU) no Estado do Rio, Márcio Pacheco, destacou o papel exercido pela Rede de Controle da Gestão Pública, formada por órgãos como o MPRJ, o Ministério Público Federal, o TCE-RJ e o TCU, entre outros, no fortalecimento de conceitos como transparência e governança nas instituições públicas. “Uma das principais funções da Rede, além da formação de grupos de trabalho para fiscalizar áreas como educação, saúde e combate à corrupção, é diagnosticar as atividades exercidas pelos entes públicos, evitando sobreposição, e capacitar agentes públicos para que exerçam de forma satisfatória o controle interno em seus órgãos de origem”, afirmou.

Ao final das palestras, a equipe do CAO Cidadania/MPRJ apresentou o novo modelo de questionário que será aplicado aos municípios, autarquias e fundos de previdência do Estado para verificar o status atual das atividades de controle interno nos entes públicos estaduais. A ideia é comparar os dados coletados em 2017, quando apenas os municípios responderam às questões, para traçar um diagnóstico de como as atividades de controle se desenvolveram no âmbito municipal, além de incluir novos atores, como as autarquias e fundos de previdência. O resultado da análise será divulgado em dezembro pelo CAO Cidadania/MPRJ.